

litando dentro da nova filosofia penal. Na oportunidade o Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, propôs, com aprovação unânime e entusiástica do Conselho, um voto de regosijo pela passagem celebrada em Belo Horizonte, no recinto da Seção Local da Ordem dos Advogados do Brasil, de mais um aniversário da formatura do Presidente do Órgão - Dr. Pio Soares Canedo. Em prosseguimento o Senhor Presidente e o Plenário foram surpreendidos pela presença do Senhor Secretário-Geral, Chefe e Subchefe do Gabinete do Ministro da Justiça que se dirigiram ao recinto das sessões para formular cumprimentos ao Senhor Presidente pela passagem de seu natalício. A sessão foi suspensa e usaram da palavra o Senhor Conselheiro RENE ARIEL DOTTI que saudou o Senhor Presidente em nome do CNPP e mais as presentes autoridades do Ministério da Justiça, Dr. ARTHUR DE CASTILHO NETO, Professor EUCLIDES PEREIRA DE MENDONÇA e Dr. GALBA MAGALHÃES VELLOSO. Retornando às atividades o Senhor Presidente cedeu a palavra ao Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, que apreciou a solicitação da Direção do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, sobre reconhecimento do Curso de Especialização em Criminologia e Ciência Penitenciária daquele Estado, emitindo, após considerações gerais sobre a pretensão daquela entidade, o Parecer que se segue: "Face ao que se expõe, sou de parecer que o CNPP deve louvar a feliz iniciativa do dinâmico Diretor-Geral do DSP de Mato Grosso do Sul, que se coaduna com seu peculiar empenho pela qualificação de pessoal, a nível técnico científico, para as tarefas penitenciárias. É bem provável e se acalenta a esperança de que a difusão dos ensinamentos ministrados no Curso desperte e desenvolva talentos que se dediquem ao estudo aplicado à meritória missão, embora exigindo afanoso trabalho, de ressocialização do preso, em escala local, regional e nacional. A contribuição será valiosa e o manifesto propósito, digno de acolhimento deste CNPP. Como se trata de um curso permanente, a avaliação futura permitirá saber dos resultados concretos e das correções que forem julgadas necessárias. Entretanto, inobstante o destacado mérito, parece descaber a este Conselho atribuições para a "Oficialização" ou o "reconhecimento" do citado Curso, como empreendimento cultural aberto à ampla clientela, refoge ao CNPP conferir-lhe o solícito beneplácito ou a formal aprovação. A competência inscrita no art. 11, IX, do nosso Regimento Interno bem esclarece tratar-se de "incentivo à criação ou à implementação de cursos de formação ou treinamento de pessoal penitenciário", ou seja, o treinamento específico para pessoal penitenciário, vale dizer, dirigido a servidor público vinculado à execução da pena privativa de liberdade. Não é o caso sob exame. Nada há, pois, a deferir, limitada a manifestação deste CNPP ao aplauso e encorajamento pela meritória iniciativa. É o nosso parecer, s. m. j. - Brasília, 17 de agosto de 1981." - assinado JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA. Após a apresentação do presente Parecer ao Plenário, os Senhores Conselheiros FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, RENE ARIEL DOTTI e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, recomendaram prudência quanto ao reconhecimento de cursos, bem como quanto à composição de corpo docente e de estrutura curricular. Desejoso de conhecer melhor o conteúdo do assunto, o Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA indagou se o curso é permanente, regular ou se trata de um ciclo de seminários. Colocando-se entre os debatedores do assunto os Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA e BENJAMIN MORAES FILHO ponderaram sobre o enfoque dos Senhores Conselheiros em apreço e sugeriram a audiência do Ministério da Educação e Cultura, sobre o tema. No momento comungaram com o Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, emite o Parecer, enfatizando a plausosidade daquele Estado pela oportunidade da iniciativa. Com relação ao encaminhamento do assunto ao MEC, o Colegiado manifestou-se unanimemente favorável. Assim, concluídas as apreciações, o Senhor Presidente encaminhou o expediente ao DEPEN para providências complementares e posterior entrosamento com o MEC. Com a palavra o Senhor Diretor-Geral do DEPEN relatando sobre o primeiro trimestre das atividades daquele Departamento na atual administração, e que, após considerações gerais pautou o citado relato através dos seguintes tópicos: 1) Contatos com autoridades de Brasília; 2) Entrosamento com Departamentos e outros Órgãos do Ministério; 3) Intercâmbio com o Exterior e Organismo Internacionais; 4) Constituição de

Grupos de Trabalho; 5) No Conselho Nacional de Política Penitenciária; 6) Visitas a estabelecimentos penais em construção; 7) Redução da Proposta orçamentária; 8) Realização das Divisões do DEPEN; 9) Recursos do FAS e Política Social e 10) Relações Públicas. Ao concluir o vasto e fadundo relatório recebeu do Colegiado as melhores considerações pelo trabalho desenvolvido. Em andamento, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, que relatou sobre as linhas gerais dos trabalhos inerentes à realização do I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária. O relator ao demonstrar a sequência das atividades que vem desenvolvendo, solicitou o registro de agradecimentos ao Senhor Cel. MOACIR COELHO, Diretor-Geral do DPF, pela sólida colaboração que vem emprestando aos trabalhos do Congresso. Concluindo distribuiu ao Plenário os impressos relativos à Programação e Regimento Interno do referido conclave. Naquela oportunidade o Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO consignou votos de louvor ao Coordenador Executivo do Congresso, Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, pela eficiência e zelo demonstrados no desempenho de suas atividades junto ao Congresso. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão. Recendo aprovação, a presente Ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária:

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ATA-DA 67a. REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1981.

Às 16:00 horas do dia 28 de agosto de 1981, na sede do CONTRAN em Brasília, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros ERICO LOPES, GONÇALO RAFAEL D'ANGELO, FLÁVIO DE MELLO E SOUZA, INALDO NORONHA, JOAQUIM MACHADO DE MELLO JÚNIOR, GERALDO LUIZ HORTA DE ALVARENGA, ARMANDO MENEZES, WALMORES BARBOSA, HETTY ROSSI, NUNO ÁLVARO GUILHERME D'OLIVEIRA e JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA. Não houve leitura da Ata do dia 21-08-81. ASSUNTOS GERAIS - Processo nº 16992/81-A - CONTRAN e Ofício CA/GB - SNPES/MS 034/81, do Sr. Secretário Nacional de Programas Especiais de Saúde, convida para a Reunião de Peritos para estudos dos problemas relacionados ao uso de bebidas alcoólicas, como integrante do Grupo I - Legislação sobre prevenção e tratamento do alcoolismo. O Sr. Presidente propõe que a representação seja integrada pelo CONTRAN e pelo DENATRAN, indicando o Sr. Conselheiro WalmoreS Barbosa e os Drs. Lycurgo Leite Filho e Walter Malaquias Prata pelo Órgão normativo, ficando a cargo do Sr. Conselheiro Geraldo Luiz Horta de Alvarenga a indicação de dois técnicos do Órgão executivo para participarem do evento. Proposição aceita. 2- Ofício nº 96/81 do CETRAN-SP, encaminha telex do Cons.º Luiz Francisco Dias da Silva acerca da aplicação das Resoluções 562/81 e 572/81. O Sr. Presidente, tendo em vista que o Processo correspondente está no Plenário para que se aprecie a nova data proposta pelo DNER, sugere que se responda ao ofício após a decisão do Colegiado que aprovou a sua gestão. 3- Cartão do Sr. Ronald Teixeira Palmeira, da SESG/DASP, que cumprimenta e envia os manuais "Sistema de Serviços Gerais - Transporte Oficial" e "Caderno de Controle - Veículos Oficiais Terrestres Automotores". O Colegiado agradece. 4- Telex nº 9593/40 da Volkswagen do Brasil S/A, referente ao ofício-circular 06/81 em decorrência do ofício nº 371/81 do CDI/MIC. O Sr. Presidente propõe que se encaminhe ao CDI/MIC e que se responda de acordo com a manifestação que dali originar. O Colegiado aprova.

Ainda em assuntos gerais o Conselheiro Geraldo Luiz Horta de Alvarenga encaminhou ao Colegiado o "Manual de Sinalização de Trânsito" - Parte I - Sinalização Vertical, e pede a manifestação do Colegiado para sua adoção. Fazendo ainda uso da palavra, o Cons.º Geraldo Luiz Horta de Alvarenga apresentou ao Colegiado a brochura "Acidentes de Trânsito", com da